



No plenário da Câmara, as taquígrafas e um orador solitário: votações para valer, só na semana que vem

Congresso Poucos parlamentares voltam das férias

Apesar do final do recesso e do grande volume de trabalho previsto para este semestre, ontem foi uma segunda-feira comum no Congresso Nacional, com poucos parlamentares presentes e nenhuma votação. A Secretaria Geral da Mesa da Câmara informou que só haverá pauta de votação na próxima terça-feira. No Senado, uma reunião de líderes marcada para amanhã deve definir a pauta de votações. O principal objetivo da reunião, porém, é marcar a sessão do Congresso para ser lida a Medida Provisória que estabelece a nova política salarial, tema que deverá marcar os debates — mas que esperar dá bastante para chegar ao plenário.

O líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides (CE), disse ontem que devem ser votados prio-

ritariamente na Casa os projetos de Concessão de Serviços Públicos, a Lei das Patentes e a Lei Orgânica dos Partidos. Ele acha que os três projetos precisam ser definidos o mais breve possível.

Ontem, os senadores leram em plenário a Medida Provisória que criou o Cruzeiro Real. A medida foi lida excepcionalmente no Senado porque não houve sessão no Congresso. O regimento permite que, nesse caso, o Senado faça a leitura e considere a medida como recebida pelos parlamentares.

A agenda do Senado para hoje prevê a apreciação do projeto que cria a Ouvidoria Geral da República. Também hoje, serão instaladas as comissões mistas que vão emitir pareceres sobre as quatro medidas provisórias já encaminhadas ao Congresso, entre elas,

a que criou o Cruzeiro Real. As medidas devem ser votadas pelo Congresso até o próximo dia 28.

Ainda no Senado, foram lidas as medidas provisórias 335 (reeditada), dispondo sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento lançado, e a 337, também reeditada, que abre crédito extraordinário de CR\$ 35 bilhões ao Ministério da Saúde, oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Foi lida também a reedição da Medida Provisória 338, que altera a Lei nº 6.381, dispondo sobre a cobrança de tarifas de energia. Poucos senadores estiveram presentes a primeira sessão que foi presidida pelo senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI), vice-presidente da Casa.